



## Assembleia Legislativa

Lido no Expediente  
Em 11/11/98  
*[Assinatura]*

PROJETO DE LEI Nº 046/88

Estabelece atendimento prioritário  
nos procedimentos judiciais que es-  
pecifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu  
sanciono da seguinte lei:

Art. 1º - Fica assegurada aos cidadãos de ter-  
ceira idade preferencia nas citações, intimações, inclusão  
em pauta de audiências, julgamento e no proferimento de de-  
cisões na justiça estadual.

Art. 2º - Para obter o benefício desta lei,  
basta os cidadãos requererem ao juiz da causa ou ao distri-  
buidor, uma vez comprovada a idade mínima de 65 anos.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contra-  
rio, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSOES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em  
Teresina, 11 de novembro de 1998.

*[Assinatura]*  
Dep. HOMERO CASTELO BRANCO

Orgão	AL
Número	AL-2524/98
Data	13/11/98
Assunto	Projeto de lei
Matrícula	
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>
Matrícula	

AL - DIREÇÃO LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se ao Protocolo

Em 12/11/98

*[Assinatura]*  
Miguel Lago Arceneiro  
Diretor



# Assembleia Legislativa

## FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA <i>Moqueiro</i>	FLS Nº 03
ANEXOS —	NÚMERO AL-2524/98

Assembleia Legislativa

Encaminha-se a *Presidência*

*Legislativa*

Em 18 / 11 / 98

*Martinho R. de Sa Júnior*  
Lugar Sec. Red. de Atos

DIRETORIA LEGISLATIVA  
UNIDADE  
publicação de atos

Em 16 / 11 / 98

*[Assinatura]*

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO  
Encaminha-se à *Diretoria Legi-*  
*lativa.*

Em, 16 / 11 / 98

Conceição de *Mª Pádua Sampaio*

*P. P. Pereira*

AL — DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais

Encaminha-se a *Redação*

*de Atos*

Em, 16 / 11 / 1998

*Simone C. Lago Arcoverde*  
Diretora Legislativa

AL — DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais

Encaminha-se às *Comissões*

*Técnicas*

Em, 18 / 11 / 1998

*Simone C. Lago Arcoverde*  
Diretora Legislativa



**Assembléia Legislativa**

Ao Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça  
para os devidos fins.  
Em 18 / 11 / 1998  
Embagoes  
Conociação de M. Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo de Comissões Técnicas

Ao Deputado José  
Raimundo  
para relatar  
Em 18 / 11 / 98  
Leandro  
Presidente da Comissão de  
Constituição e Justiça



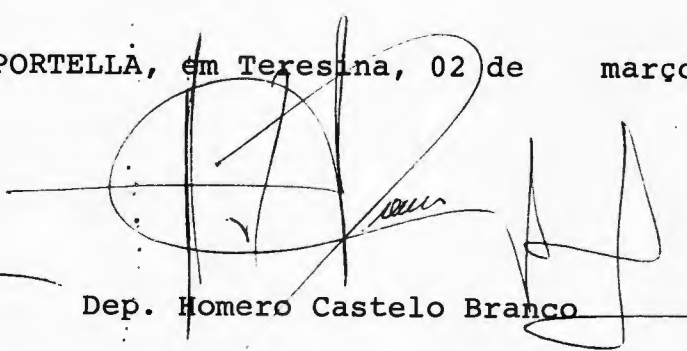
**Assembléia Legislativa**

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

*Autoriz  
H. Castelo Branco  
8.3.99*

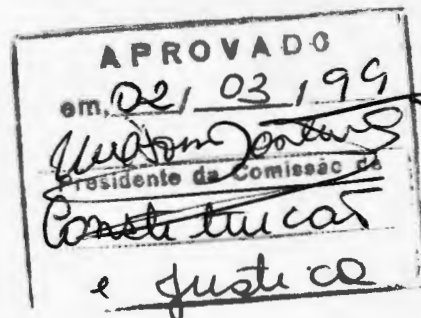
O deputado estadual, Homero Castelo Branco, vem de conformidade com o art. 102, parágrafo único do Regimento Interno, requerer a Vossa Excelência que nos termos do art. 19, II, "d" do mesmo diploma legal autorize o desarquivamento do Projeto de Lei nº 046/98, de 12.11.98, processo AL-2524/98 e Projeto de Lei nº 038/98, de 23.06.97, processo AL-1890/97.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 02 de março de 1999.

  
Dep. Homero Castelo Branco



## Assembleia Legislativa



Processo Nº AL 2524/98

Estabelece Atendimento prioritário nos procedimentos Judiciais que especifica.

Com o presente Projeto de Lei o Sr. deputado Homero Castelo Branco pretende assegurar aos cidadãos com idade mínima de 65 anos preferência nas citações, intimações, inclusão em pauta de audiências, Julgamento e no proferimento de decisões na Justiça estadual.

A idéia é simpática, mas analisando-a sob os aspectos constitucional e legal, observamos que:

01- É de competência privativa da União legislar sobre Direito Processual (art. 22, 1 - da Constituição Federal).

02- Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XI- Procedimentos em matéria Processual (art. 24, XI, da Constituição Federal).

03- A superveniência da lei federal sobre as normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário ( art. 24, § 4º da Constituição Federal).

04- O art. 125, I, do Código de Processo Civil assegura às partes igualdade de Tratamento.

Assim, embora seja permitido aos Estados legislar também sobre procedimentos Judiciais, o privilégio, que o Projeto pretende dar às pessoas pelo fato de estarem na chamada terceira idade, a nosso ver se chocava com a lei federal - Código de Processo Civil - que assegura às partes igualdade de Tratamento.

Pelo exposto, opinamos contrariamente à tramitação da matéria, por considerá-la inconstitucional.

É o nosso Parecer

S. M. J. dos Senhores Comissionados

Teresina, 01 de dezembro de 1998

Dep. José Raimundo

*Henrique Almeida*  
*João Raimundo*  
*Paulo F. Monteiro*  
*Almeida*



## Assembléia Legislativa

01 - ART. 22, I (Constituição Federal) - Compete privativamente à União legislar sobre: Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral, Agrário, Marítimo, Aeronautico, Espacial e do Trabalho.

02 - ART. 24, XI, § 4º (Constituição Federal) - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
XI - Procedimentos em matéria processual;

§ 4º - A superveniência da lei federal sobre as normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

03 - PRINCÍPIO DA ISONOMIA PROCESSUAL (art. 125, I, do CPC)

I - Ass<sup>g</sup>urar às partes igualdade de tratamento;

**PRISÃO DISCIPLINAR** — É a detenção, por prazos legalmente permitidos, que autoridades judiciárias ou administrativas superiores ordenam, como sanção contra determinadas faltas de funcionários subalternos. Decorrendo da organização hierarquizada da função pública, o poder de aplicar essa medida somente pode ser exercido por ocasião e no interesse do serviço público, e cessa quando o funcionário sair dele. Não se confunde com *prisão administrativa*, nem deve ser imposta quando houver pena especial para a infração que se tiver de punir. Nega-se-lhe o caráter de pena criminal.

**PRISÃO EM FLAGRANTE** — A que ocorre contra o criminoso no exato momento em que consuma o crime, ou, perseguido, foge, interrompendo-o. V. *Flagrante delito* e *Estado de flagrância*.

**PRISÃO ESPECIAL** (dir. jud. pen.) — Diz-se do lugar (sala livre de prisão, quartel fortaleza, etc.) onde o preso é recolhido e recebe tratamento especial, afastado dos detentos comuns, durante o processo a que responde, devido ao cargo que ocupa, à função que desempenha ou a qualquer outra qualidade ou condição sua, cumprindo-lhe observar as instruções baixadas pelo diretor da prisão, ou comandante da unidade militar que o abrigar. A ela têm direito os profissionais de nível universitário, os jurados, os senadores, deputados, vereadores, militares (em delito civil), funcionários da polícia civil dos Estados e Territórios, ocupantes de cargos de atividade policial.

**PRISÃO EXPIATÓRIA** — É toda aquela em que a pena, de caráter criminal, atinge apenas a pessoa do infrator.

**PRISÃO HOSPITALAR** — A que é cumprida por certos condenados, que, dada a precariedade do seu estado de saúde, ou quando vítimas de ferimento, ou acidente graves, são recolhidos ao hospital, onde permanecem sob cuidados médicos e a necessária vigilância, até que tenham

condições de transferência para estabelecimento penal determinado por ordem legal.

**PRISÃO PERPÉTUA** — Pena que o condenado cumpre enquanto viver.

**PRISÃO PREVENTIVA** — É a prisão que, em qualquer fase do inquérito ou de instrução criminal, o juiz, de ofício, ou mediante requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou representante, da autoridade policial, decreta contra o acusado, detido ou não, quando houver contra ele provas do crime que se lhe imputa ou indícios veementes de que seja o seu autor. Não será decretada se o crime foi cometido em casos determinados, previstos pelo Código Penal. O despacho de sua decretação ou denegação será sempre fundamentado pelo juiz. (C. P. Pen., arts. 311 e segs.).

**PRISÃO PROVISÓRIA** — A que é feita ocasionalmente, sem caráter de pena.

**PRISÃO SIMPLES** — É uma das penas principais, por contravenção, que consiste na privação temporária da liberdade pessoal do condenado, que a cumpre, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, separado, entretanto, dos outros indivíduos ali submetidos a reclusão ou detenção, podendo ser dispensado do isolamento noturno.

**PRISIONAL** — Que diz respeito a prisão.

**PRISIONEIRO** (dir. pen.) — Todo indivíduo que se acha encerrado numa prisão. — *de guerra* (dir. int. púb.) — Indivíduo combatente ou não combatente, militar ou assemelhado que, ao tomar parte em operações de guerra, ou as auxiliando, se entrega às forças inimigas ou é por estas capturado e conservado, temporariamente, em campo de concentração, como prisioneiro do Estado a que elas pertencem. — *do Estado* — Diz-se do indivíduo que é privado da própria liberdade, como medida de segurança nacional.

**PRIVAÇÃO** — 1 — Ato ou efeito de despojar ou desapossar alguém de

algo a que tem direito. 2 — Ato de tolher, de proibir. 3 — Falta do necessário à manutenção da vida.

**PRIVADO** — 1 — Que não é público ou não tem caráter público: direito *privado*. 2 — Particular e pessoal de cada indivíduo: interesse *privado*, documento *privado*, etc.

**"PRIVATA UTILITAS"** (lat.) — O interesse particular.

**PRIVATIVAMENTE** — De modo privativo; em que há privatividade: com exclusão de outras ou das demais pessoas.

**PRIVATIVIDADE** — Qualidade do que é privativo. O oficial do registro de imóveis goza de *privatividade*.

**PRIVATIVO** — Próprio, particular de determinada pessoa ou coisa, com a exclusão de qualquer outra ou de outro direito: cartório *privativo* dos feitos da fazenda pública; escrivão *privativo* do júri; direito *privativo*, cargo *privativo*, juízo *privativo*, etc.

**"PRIVATO CONSILIO"** (lat.) — Por iniciativa própria ou privada.

**PRIVILÉGIO** — Direito singular, ou vantagem que a lei confere, por exceção, a uma ou mais pessoas, com a exclusão de outra ou outras. Prerrogativa. O privilégio abrange as invenções, as concessões de serviço público, os créditos fiscais, as custas judiciais, etc. Regalia que a lei concede a um dado crédito pessoal, de ser pago de preferência a outros, com os quais concorre.

Esta última espécie de privilégio, ou seja, o creditório, pode ser:

a) *especial*, se recai sobre certos e determinados bens do devedor, que são pela lei indicados à prioridade;

b) *geral*, quando se estende à totalidade desses bens, excluídos os que estejam sujeitos a crédito real ou privilégio especial. V. *Concurso de credores*.

**PROA** (t. náut.) — Parte anterior da embarcação, oposta à popa.

**PROBABILIDADE** (lóg.) — Caráter do que se apresenta fundado em motivos que têm possibilidade de levar à verdade. Indícios, aparência

de verdade. Pl. Razões, circunstâncias que tornam possível uma coisa: há *possibilidades* de vencer a demanda.

**PROBANDO** — Que se pretende provar.

**PROBANTE** — Que faz prova: força *probante* do documento.

**"PROBATIO PROBATA"** (lat.) — V. *Prova*.

**PROBATÓRIO** — Concernente à prova; prazo *probatório*. Que contém prova; que serve de prova: título *probatório*, prazo *probatório*, etc.

**PROBIDADE** — Integridade moral. Qualidade; honradez, honestidade: *probidade* administrativa; *probidade* do juiz.

**PROCEDÊNCIA** — Conformidade com o direito, com a razão ou verdade jurídica. Em que há fundamento legal, causa de pedir, interesse de agir: *procedência* da ação, *procedência* do pedido.

**PROCEDENTE** — Conforme ao direito, com fundamento legal ou na prova produzida: denúncia *procedente*, ação *procedente*, etc. — *em parte* — Diz-se, quando o pedido, a reclamação ou o recurso não são inteiramente atendidos, ou providos.

**PROCEDER** — Agir em juízo pelas vias legais; instaurar processo judicial contra alguém. Ter fundamento, apelo: não *procede* a queixa. Fazer, efetuar, praticar: o secretário *procedeu* à leitura da ata.

**\*PROCEDIMENTO** (dir. jud.) — Conjunto dos atos pelos quais se ordenam e exercitam, mediante certas regras legais, os meios necessários para instruir a causa e assegurar ou restabelecer uma relação jurídica controvertida. O modo de agir, o *rito*, a marcha dos atos processuais, a forma legal a seguir para se instaurar e se desenvolver (de várias maneiras, segundo a pretensão do autor e da defesa do réu) e terminar o processo.

**\*PROCEDIMENTO ORDINÁRIO** — É aquele que, ao lado do procedimento sumaríssimo, compõe o procedimento comum. O título VIII, do li-



vro I do C.P.C. estuda o procedimento ordinário, desde a propositura da ação até o julgamento da lide (C.P.C., arts. 282 a 475).

\* **PROCEDIMENTO SUMARIO** (C.P.P. e Contr. Pen.) — Aquele em que se dispensam as formalidades do procedimento comum, sendo aplicado aos processos cuja infração se comina com a pena de detenção ou de prisão simples (C.P.P., arts. 531 e 539).

\* **PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO** — Procedimento rápido, sem as exigências e formas ou figuras do juízo, em que a instrução e a decisão devem ser produzidas em uma única audiência (C.P.C., art. 275).

**PROCESSAMENTO** — Ato de processar, organizar um processo, de dar forma de processo: *processamento da causa*.

**PROCESSANTE** — Que preside a um processo, que supervisiona a ação: *juiz processante*.

**PROCESSAR** — Instaurar processo; promover ação judicial ou administrativa contra. Verificar, conferir, computar: *processar as contas apresentadas*.

**PROCESSIVO** — Relativo a processo; processual.

\* **PROCESSO** — 1 (dir. jud.) — Modo objetivo de dar corpo, vida e movimento sucessivo à ação. Conjunto coordenado de preceitos legais normativos, que imprimem forma e movimento à ação. Complexo de peças, termos e atos, com os quais a causa é lançada, instruída, disciplinada e promovida em juízo, a fim de tornar efetivo um direito. A ação, no sentido formal. Relação processual.

O termo *processo* é também empregado, sem técnica, como sinônimo da *demanda*, *ação*, *causa*, *lide*, *feito*, *pleito judicial* e *litígio*.

O processo diz-se:

- acessório*, todo aquele que é preventivo, ou preparatório de outro processo principal;
- administrativo*, é o que se instala no juízo gracioso, sem forma e figura de litígio, para re-

solver ou normalizar, pela vontade e concordância das partes, certa situação jurídica, ou coordenar, conciliar e proteger interesses opostos não contestados: o inventário, a divisão e demarcação de terras, a arrecadação, etc.;

- civil*, o que estabelece formas e normas pelas quais se asseguram e se acionam as relações de direito, na ordem civil;
- contencioso*, quando é promovido por provocação de uma parte e contestação de outra, a fim de que seja discutido e julgado o caso jurídico controvertido;
- especial*, aquele que tem rito próprio, com formalidades adequadas à natureza da relação jurídica que se lhe subordina;
- incidente*, aquele, acessório, que, obedecendo a forma própria, aparece, esporadicamente, na pendência da ação principal, antes da qual é decidido: embargos de terceiro, assistência, oposição, exibição, atentado, busca e apreensão, etc.;
- ordinário*, aquele, de rito solene, em que como regra geral se observa o curso comum, aplicável a todas as ações que não tenham forma especial ou particular, ou a certas causas quando contestadas;
- penal*, ou *criminal*, o complexo de ato, normas e fórmulas que se empregam na instrução criminal, e que consistem em interrogatórios, inquirições, investigações, etc., com o fim de coligir provas relativas aos fatos delituosos, para a constituição da culpa e punição dos indiciados.

Este se dicotomiza em:

I — *acusatório*, quando a cada uma das partes em conflito incumbe provar quanto lhe interessa na causa;

II — *inquisitório*, aquele em que também o juiz da causa promove a obtenção de provas para descobrir a verdade que investiga;

- preparatório*, o processo acessório, que antecede a ação principal, ou que é feito na pendência da lide, e do qual aquela depende: exame, arresto, seqüestro, depósito, exibição de livros, alimentos provisionais, etc.;

- preventivo*, ou *cautelar*, processo acessório, que é promovido preliminarmente à ação, ou pendente deste, visando a acautelar ou assegurar direitos ou interesses das partes: arresto, seqüestro, busca e apreensão, separação de corpos, etc. V. *Ação acessória*.

\* **PROCESSO** — 2 (dir. proc. civil) — Operação pela qual se obtém a composição da lide, conforme a vontade da lei reguladora da espécie, através da jurisdição. Os processos podem ser: a) *de conhecimento*; b) *de execução*; c) *cautelar*.

\* **PROCESSO ADMINISTRATIVO** — É o que a Administração promove para apurar faltas ou irregularidades que o funcionário público pratica no exercício de suas funções. O mesmo que *procedimento administrativo disciplinar*.

**PROCESSOLOGIA** — Parte da processualística que disciplina e classifica os atos e fórmulas por meio das quais se exercita o direito de ação.

**PROCESSOLÓGICO** — Relativo a processologia.

**PROCESSO PROIBIDO** (dir. pen.) — Crime, que consiste no fato de o agente empregar, no fabrico do produto destinado ao consumo, revestimento, gasificação artificial, matéria corante, substância aromática anti-séptica ou conservadora, bem como qualquer outra não permitida pela legislação sanitária (Cód. Pen., art. 274).

**PROCESSUAL** — Relativo a processo.

**PROCESSUALISTA** — Tratadista de processo, ou jurista especializado em teoria de processo judicial.

**PROCESSUALÍSTICA** — Ciência que coordena e sistematiza os princípios fundamentais do processo judicial. Teoria das leis adjetivas; teoria do

processo judicial: *processualística civil*, *penal*, etc.

**PROCLAMA** (fr. "ban") — Cada um dos pregões de casamento religioso lido na igreja. O mesmo que *banhos*. É mais usado no plural. Diz-se também dos editais de casamento publicados pelo respectivo oficial do registro civil e de casamento. Em Portugal, o termo *proclama* é empregado, com mais propriedade, somente quanto aos casamentos eclesásticos (C.C., art. 181).

**PROCLAMAÇÃO** — 1 (dir. púb.) — Declaração pública e solene, feita à nação, de certo ato ou fato notável, de caráter político, ou da inauguração de um novo regime, ou nova forma de governo: a *proclamação da República*. 2 (dir. pol.) — Ato pelo qual o órgão apurador competente expõe em público o resultado final da votação numa eleição, declarando os nomes dos candidatos que foram eleitos.

**PROCLAMAR** — Reconhecer e anunciar em alta voz, de modo solene, em público: tornar público.

**PROCRASTINAÇÃO** — Demora, retardamento injustificável em praticar um ato, por dever de ofício: *procrastinação da sentença*.

**PROCRASTINAR** — Adiar, deixar para outro dia: *procrastinar a expedição do mandado*, a *prolação do despacho*, etc.

**PROCRIAÇÃO** — Ato e efeito de procriar, de gerar.

**PROCRIADO** — Aquele que descende em linha reta de um autor comum: pessoa gerada de outra: filho *procriado* fora do matrimônio.

**PROCRIADOR** — Pessoa que deu origem a outra ou a uma família; progenitor, genitor, antepassado, ancestral, ascendente, avô.

**PROCRIAR** — Dar origem ou existência a um ser humano; gerar.

**PROCURA** (t. com. e de econ. pol.) — A quantidade de produtos que o mercado pede para atender às necessidades do consumo. V. *Lei da oferta e da procura*.

**PROCURAÇÃO** — Instrumento do mandato escrito.



**DIREITO PRIVADO** — Corpo de disposições que regem as relações entre os indivíduos do mesmo Estado, e as deles com o Poder Público, tendo por fim promover e garantir as atividades e os interesses de cada um como pessoa particular, física, ou moral. O direito privado, um dos dois ramos do direito positivo, compreende: o direito civil, o direito comercial (que se ramifica em terrestre, marítimo, industrial, rural aéreo e cambial), o direito judiciário civil, o direito trabalhista, o direito internacional privado. Por oposição a *direito público*.

\* **DIREITO PROCESSUAL** — Conjunto de regras e formas solenes que a lei estabelece para o exercício do direito de ação e movimentação desta. Divide-se em *direito civil* e *direito penal*. O mesmo que *direito adjetivo* e *direito judiciário*.

**DIREITO PRÓPRIO** — É todo direito inerente a determinada pessoa, ou que lhe pertence; direito subjetivo.

**DIREITO PÚBLICO** — Conjunto de normas que organizam o poder soberano e a ordem política, e regulam o funcionamento, as relações e os interesses do Estado entre os seus agentes e a coletividade. É um dos dois ramos do direito positivo. Por oposição a *direito privado*.

Dicotomiza-se em:

- a) *direito internacional público*;
- b) *direito público interno*.

Este se subdivide em:

- 1 — *direito constitucional*; 2 — *direito administrativo*; 3 — *direito penal*; 4 — *direito judiciário*; 5 — *direito político*; 6 — *direito tributário*.

**DIREITO PÚBLICO EXTERNO** — O que é compreendido pelo conjunto do direito internacional público, direito internacional privado, direito marítimo e direito diplomático.

**DIREITO PÚBLICO INTERNO** — Ramo do direito público que regula as relações recíprocas do Estado

com seus nacionais, ou com as pessoas particulares, naturais ou jurídicas, localizadas no seu território. Subdivide-se em direito constitucional, direito administrativo, direito penal, direito judiciário e direito político.

**DIREITO RACIONAL** — É o conjunto de princípios não escritos, fundados na razão e na ética. Modalidade do direito natural.

**DIREITO REAL** (*jus in re*) — Poder jurídico, oponível a todos, que submete a coisa corpórea ou incorpórea determinada à pessoa a quem se acha direta e imediatamente vinculada, v. g., o direito de propriedade sobre uma casa. É um direito absoluto, ramo do direito patrimonial, em que se inclui a propriedade ou domínio, por oposição ao direito relativo e ao direito pessoal, do qual, entretanto, pode ser acessório. O direito real se transmite, entre vivos, quando relativo a móveis, pela tradição, e, relativamente a imóveis, pela transcrição do título de propriedade no respectivo registro público.

Desdobra-se em:

- a) *direito real sobre a coisa própria* ("jus in re propria"), quando a propriedade se acha subordinada ao poder absoluto e exclusivo, ou domínio pleno do seu titular, porque conserva todos os elementos que o constituem, e é por isso exercível "erga omnes"; o domínio propriamente dito, a propriedade literária, científica e artística, etc.;
- b) *direito real sobre a coisa alheia* ("jus in re aliena"), quando se forma de uma ou mais partes desmembradas da propriedade, que se limita, ou seja, de alguns dos seus direitos elementares, ou a grava de encargos: o usufruto, a enfiteuse, a servidão, o uso, a habitação, as rendas expressamente constituídas sobre imóveis;
- c) *direito real de garantia*, quando tem por fim assegurar o

cumprimento de uma obrigação: a hipoteca, a anticrese e o penhor. O mesmo que *onus real*.

**DIREITO REGRESSIVO** — 1 — Princípio jurídico, em virtude do qual o direito de alguém retroage à data do ato de que foi parte, ou sobre a pessoa anteriormente vinculada a ele e não contra obrigações posteriores. 2 (dir. camb.) — O mesmo que *ação regressiva*. V. *Direito de regresso*.

**DIREITO REGULAR** — É o que tem aplicação geral e normal.

**DIREITO RELATIVO** — É o direito que o seu titular pode opor, em seu benefício, contra outra pessoa determinada para exigir, v. g., a entrega de coisa especificada (obrigação de dar); o cumprimento de um fato ou de certa prestação (obrigação de fazer); uma omissão ou abstenção (obrigação de não fazer). Nele estão compreendidos os direitos de família e o das obrigações ou creditórios.

Por oposição a *direito absoluto*, oponível a todos.

**DIREITO ROMANO** — Em sentido lato, compreende todas as leis que vigoraram no antigo Império Romano, desde a sua origem até a sua queda no Oriente. Abrange não só as leis emanadas de Justiniano, mas todas as outras que foram promulgadas antes e depois dele. Justiniano I, nascido na Ilíria, foi imperador do Oriente, no século VI. Reconquistou na época, dos invasores bárbaros, o norte da África, o sul da Espanha e Itália.

Em sentido estrito, porém, por direito romano se entende o complexo das leis compiladas por aquele monarca, que as fez dividir em quatro partes distintas: *Institutas*, *Digesto* ou *Pandectas*, *Código* e *Novelas*.

O direito romano teve por fontes os costumes, os plebiscitos, os senatus-consultos, os editos dos magistrados, as respostas dos prudentes e as constituições imperiais. As "Leis das XII Tábuas" servi-

ram-lhe de princípio fundamental. Nele se inspirou o direito privado da maioria das nações civilizadas. Desde a Idade Média vigorou como direito comum de vários países, até que cada um deles organizasse a sua legislação.

Com a morte do imperador, no ano 565 da E. C., e desaparecimento dos jurisconsultos que tanto enalteceram a cultura jurídica da época, o direito pós-clássico entrou em decadência, substituído que foi por uma legislação nova, falha, sem elevação e técnica, que se resumia em repertórios de jurisprudência, organizados por autores sem conhecimento da matéria.

O direito romano teve uma existência ativa e constante durante dez séculos, desde 455 a.C., e ainda hoje os seus princípios e preceitos subsistem em quase todos os países modernos e são invocados nos processos judiciais.

**DIREITO RURAL** — Conjunto de regras relativas à reforma agrária, e de princípios, usos e leis que regem as relações jurídicas entre os proprietários agrícolas e seus parceiros, colonos ou prepostos, e objetivam, em particular, a proteção da agricultura e daqueles que a exploram. Pela Emenda Constitucional nº 10 de 9-11-1964, passou à presente denominação de *direito agrário*.

**DIREITOS DO HOMEM ou DIREITOS HUMANOS** — Conjunto dos direitos essenciais de toda pessoa natural e a ela adstritos, correspondentes a seus deveres e sujeitos apenas às limitações que a lei estabelece: o direito à vida, à segurança pessoal, à propriedade, à igualdade perante a justiça e a lei, à proteção desta, à liberdade de locomoção e de consciência, à de pensar, de crer, de agir por meios lícitos, de opinar, de se reunir pacificamente, de ter direitos civis e políticos, etc. Foram proclamados e assegurados pela Revolução Francesa. V. *Direito político* e, no fim deste volume, *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*.